

Educação Inclusiva: Uma Possibilidade em um Cenário de Contradições?

Lucindo Ferreira da Silva Filho (*) e

Bianca Fátima Cordeiro dos Santos Fogli (**)

A Inclusão na Educação tem se estabelecido, a partir da década de 1990, em questão relevante para legisladores, para gestores de políticas públicas, assim como na produção acadêmica, constituindo-se ainda em um desafio para as instituições educacionais e as práticas pedagógicas.

Trata-se de uma expressão impactante, quer pelas questões de direitos humanos, quer pela tão reclamada justiça social, quer pelo sentido de universalidade do exercício da cidadania. Sua forma concisa, sumária e fechada, minimiza a possibilidade de réplica, de discordância. Educação Inclusiva é um lema ou, se preferirem, um slogan pedagógico, e nesta condição, como qualquer outro slogan, está a serviço de uma causa (Reboul, 1984).

No campo da educação o termo tem três percursos: os dois primeiros estão ligados à luta pelos direitos sociais, como no caso o direito à educação, à escola pública, e se apresentam sob a forma distinta da equidade na educação, que se traduz pela igualdade de oportunidades, e da igualdade na educação, buscando uma perspectiva de educação mais transformadora nos planos social, político e econômico. O terceiro percurso tem a sua gênese associada a educadores e a pesquisadores norte-americanos, que se debruçam sobre a análise da educação dualista norte-americana, com foco especial na educação de pessoas com deficiência. Estas vertentes de alguma forma vão desembocar, em especial a primeira e a terceira, no contexto internacional que vai gerar os encontros de Jomtien (1990) e Salamanca (1994) e suas respectivas declarações.

Educação Inclusiva, fórmula irmã de “Educação para Todos”, é a expressão que se cristaliza a partir do contexto histórico que produziu a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien, Tailândia, e a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha. Este último evento reafirma o primeiro em todas as suas demandas essenciais, assim como o Direito à Educação de cada indivíduo estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

A Declaração consensual de Salamanca afirma que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem estar incluídos em Escolas Comuns. Essa declaração consensual

constitui a gênese do movimento pela inclusão na educação do final do século XX e conforma a opção brasileira por construir um sistema educacional inclusivo (Parecer CNE/CEB nº 17/2001).

Se parte das políticas de inclusão na educação se estruturam com base nas questões inerentes à participação de grupos historicamente excluídos do processo educacional, não podemos deixar de registrar que as políticas de inclusão na educação principalmente se situam em um contexto global de políticas focais, que visam a minorar os processos de exclusão e de desigualdades.

No campo da Sociologia e da Ciência Política a adoção do termo exclusão, e conseqüentemente da inclusão, é resultado da influência do pensamento francês, que se debruça em analisar as causas e os processos das desfiliações e rupturas, estando frequentemente associada ao estudo do desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a internacionalização do capital. Podemos tomar aí como referência Robert Castel (1997), que estuda a principal das exclusões, a gerada pela perda do emprego e pela precarização do trabalho.

Todas estas questões nos remetem a refletir, de imediato, sobre os diferentes processos que desembocam neste movimento, as essencialidades, os princípios e os valores que neles estão contidos e que raramente são desnudados, o que nos faz pensar a questão do slogan. Podemos afirmar que algumas características marcam o slogan pedagógico que se apresenta como um princípio, uma evidência de fato ou razão: a verdade em si. A autoria do slogan se perde no processo histórico, ou seja, há uma força no slogan pelo seu anonimato que acentua o sentido de evidência. Outro aspecto fundamental no slogan pedagógico é seu caráter polêmico, pois se opõe a uma outra informação ou idéia: o sumário, tudo isto se estabelece por um excesso de sentido (Reboul, 1984).

Quando pensamos em “Educação Inclusiva”, logo nos perguntamos: o que é incluir? Há um excesso de sentido nesta palavra. Podemos ainda nos perguntar: de que Educação estamos falando? “Educação” e “Inclusão” já são por excelência impactantes, cada uma carrega em si um valor positivo. Então, diante do impacto desta fórmula “Educação Inclusiva”, ficamos, na maioria das vezes, com um sentimento primário de que devemos incluir pessoas, grupos que não participam da Educação.

Os que devem ser incluídos são os excluídos. Mas quem são os excluídos? O texto de Robert Castel (1997), busca chamar a atenção para o uso desta expressão, que amarra os diferentes tipos de desigualdades, misérias do mundo e diferenças, sem que se interrogue sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelo desequilíbrio e pelos estados de desfiliação e rupturas.

Como forma de dar respostas a estas questões impõem-se políticas específicas e focadas no acesso à Saúde, Educação, Trabalho, Cultura etc., em que a discriminação positiva tem sido uma marca nas políticas desenvolvidas; situação paradoxal em função do modelo de produção e de acumulação flexível do capital que desemprega e torna precárias as relações capital/ trabalho.

Nunca se excluiu tanto nem se aprofundaram tanto as desigualdades. Na área da Educação, embora sejam percebidas as questões multiculturais, étnicos raciais, as questões de gênero e de pessoas com deficiências, as produções acadêmicas de destaque focalizam a inclusão como processo de acesso e de participação destes últimos, priorizando a questão de re-significação da Educação Especial, ou até mesmo de sua transposição para a Escola Regular. Esta visão parcial, que em muitos casos não considera o quadro de contradições em que se situa a educação, tem nos levado a posições enganosas.

Neste cenário, também surge a questão da discussão da “qualidade” na Educação. Outra expressão impactante. Mas o que verdadeiramente ela significa? Sob que ponto de vista estamos falando em qualidade? Uma proposta de educação fortemente conteudista associada a visões tecnicistas, pode perfeitamente apresentar uma proposta de qualidade na educação. Uma outra visão de educação centrada na aprendizagem, no indivíduo, também pode apresentar a sua visão de qualidade, porém ambas podem não ter nenhuma proposta de mudança ou de postura reflexiva frente às contradições e às dinâmicas sociais que produzem as desigualdades e as exclusões. Então, de que qualidade e de que inclusão estamos tratando? De que maneira estamos desenvolvendo práticas inclusivas, práticas de igualdade na educação?

Voltando ao nosso slogan “Educação Inclusiva”, nos damos conta de quantas questões podem ser explicitadas. Entretanto, devemos assumir aqui que este slogan, como vários outros utilizados na Educação, necessariamente não é mentiroso ou uma falácia. Através do seu fechamento, da sua sumaridade, se impõe como verdade, buscando provocar nas pessoas um movimento em direção à ação, uma adesão ao que fazer.

A nocividade do slogan está no seu caráter “abreviado” que tende a apagar as dificuldades, os valores, os sentidos construídos, o contexto histórico, político, econômico e cultural, bem como as contradições, passando a ser difundido como uma fórmula milagrosa capaz de mudar a realidade. Superar este caráter dos slogans constitui a necessidade de pensá-los (Reboul, 1984).

Nesta oportunidade, em que estabelecemos este diálogo, em que procuramos pensar “Educação Inclusiva” sem a menor pretensão de estar esgotando a questão, mas sim de estar dando margem à reflexão, cumpre ainda salientar outro aspecto: boa parte do discurso que se forma em

torno da questão da inclusão na educação se fundamenta no estatuto do direito natural, com todas as leituras que possamos fazer da questão do direito, ou seja, igualdade, cidadania, respeito à diversidade etc. Neste ponto, o sentido construído de direito ou de igualdade se expressa como situação natural, mascarando a realidade de rupturas sociais e profundas desigualdades, com origem em aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos.

Neste ponto convido à reflexão: o que pode significar a inclusão dos excluídos na Educação?

Uma questão importante se impõe, quando pensamos a inclusão dos excluídos na Educação. Estamos tratando de uma questão que tem sua dinâmica própria no contexto da Educação ou estamos tratando a inclusão/exclusão como questão social ampla que encontra na Educação um dos caminhos ou espaço de luta e de mudança?

Recentemente tomei conhecimento do criterioso trabalho desenvolvido pela professora Mônica Pereira dos Santos (2006), pesquisadora preocupada com a inclusão na Educação, que arrolou dezoito (18) definições para a Educação Inclusiva. Onze (11) definições abordavam as relações e as dinâmicas estabelecidas no contexto educacional e sete (07) estabeleciam a relação desta questão com a totalidade social.

O meu trato permanente com esta realidade indica que o último número é alto; certamente reflete o engajamento de Santos no processo seletivo de definições com a totalidade social, pois de 183 dissertações de Mestrado apresentadas no Portal do CAPES (MEC/CAPES, julho 2006) e identificadas com a palavra-chave inclusão, 93% estão centradas nos processos e nas dinâmicas da educação escolar. Neste aspecto, quando tratamos de Educação Inclusiva, temos o forte viés de abandonar ou escamotear as contradições que estão presentes no plano social.

Não podemos pensar em exclusão sem pensar nas desigualdades, nos aspectos econômicos, sociais e culturais que a determinam. No pano de fundo, situamos a contradição essencial entre capital e trabalho; referencio aqui uma passagem do pensamento de Marx (1987): “(...) os meios de produção por serem propriedade capitalista, ao serem utilizados pelo trabalhador, com ele se defrontam (...) não é o operário quem utiliza os meios de produção; são os meios de produção que utilizam o operário”. É a partir dessa contradição que os modelos de produção e de acumulação do capital, seja o fordismo ou mesmo o toyotismo, vão estabelecer a fragmentação social e técnica do trabalho (Kuenzer, 2005).

O percurso e a forma de ver o papel da Educação na sociedade repercute fortemente no entendimento de inclusão na Educação. Então, uma outra importante questão se impõe: qual o papel da Educação na sociedade?

Saviani (1999), em *Educação e Democracia*, identifica três tendências que interpretam o papel da Educação na sociedade: Educação como redenção, Educação como reprodução e educação como transformação da sociedade. Embora, possamos nos debruçar sobre estas três tendências, que no caso brasileiro acabam se alinhado em dois caminhos de pensamento e de ação, ou seja, liberais e progressistas, a delimitação que separa estas duas tendências é tênue, pois a rigor, considerando a não superação da contradição fundamental entre capital e trabalho, leva a que a educação desenvolva práticas contraditórias, limitadas e sem autonomia.

A escola se estrutura para atender ao modelo econômico, aos interesses do capital, e assim ficam ingênuas as posturas tecnicistas que enxergam na simples transposição dos saberes e fazeres da Educação Especial para a Educação a garantia de qualidade e de permanência no processo de construção da escola inclusiva. Mas então, como a educação pode ser uma página da história na construção de cidadãos solidários, conscientes das relações de poder, ativos e com competências desenvolvidas para uma participação no seu processo histórico, compreendendo os cenários de contradições e ajudando a transformá-los?

Seria então “Educação Inclusiva” um slogan falso, utópico, mentiroso? Certamente que não. É preciso, entretanto pensá-lo em todos os seus sentidos porque não é apenas o simples acesso de pessoas à Educação, não é só a apropriação pela Educação de instrumentais e de tecnologias que atendam à diversidade humana, e nem mesmo a reorganização da escola como ambiente acolhedor, que garantem a efetividade deste slogan. Inúmeras questões necessitam ser pensadas, refletidas, com base na nossa práxis.

Se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é um fenômeno cultural e social; um percurso histórico por onde uma cultura cria e legitima normas de interdição e despojamento dos indivíduos ao discurso, à condição de ator, em uma comunidade sociopolítica. Assim, perdem uma condição fundamental na vida social e o exercício da cidadania (Santos, 1995).

Então indagamos: como poderemos superar os limites da nossa práxis, no cenário social de contradições? Como poderemos ressignificar a escola em um espaço de ações educacionais que favoreçam a formação de cidadãos conscientes para uma efetiva inclusão social?

Inúmeras palavras e fórmulas impactantes vão povoar as nossas idéias, os nossos sentidos, os objetos relacionais que construímos nesse processo de contradições, tais como: “unitariedade”, transdisciplinaridade, democratização da Educação, transversalidade, competências, empregabilidade, educação continuada, formação continuada de professores, mercado de trabalho ou mundo de trabalho. Que sentidos têm, para cada um de nós, todas estas expressões? Como e o que pensamos sobre elas?

Parafraseando Zaluar (1997), as políticas sociais voltadas para a inclusão não devem ser implementadas somente em função do medo do aprofundamento das questões sociais no plano das desigualdades e das exclusões, mas porque um país justo e democrático não pode existir sem políticas de promoção da igualdade.

Entretanto devemos nos acautelar em relação à promessa integradora da educação. Durante largo espaço de tempo, e até hoje, muitos pensam desta forma. Fomos levados a comprar a idéia de que o acesso à Educação seria uma oportunidade redentora de todos os problemas. Havia uma promessa integradora que por fazer parte da escola e do conhecimento por ela proporcionado, tudo isto hoje, neste modelo de produção e de acumulação neoliberal, se tornou uma falácia, mas as contradições que regem a sociedade, relacionalmente, estão de tal forma presentes no próprio modelo que se abre espaço para a Educação avançar na construção de propostas de formação continuada de pedagogos e de professores, bem como na construção de projetos político-pedagógicos que desnudem o conjunto das relações sociais nos seus aspectos de contradição, totalidade, reprodução, mediação e hegemonia. Tudo isso cria o espaço da negação e da resistência (Cury, 1989).

Enfim, “Educação Inclusiva”. É necessário pensá-la, desnudá-la em todos os seus sentidos. Certamente cada um de nós não conseguirá perceber todos os sentidos que esta expressão contém. Mas, juntos, cooperativamente, iremos reconstruí-la com base nas nossas práticas, re-significando-as permanentemente. Aí sim teremos a Educação transformadora, formadora de cidadãos livres, conscientes e incluídos socialmente, como é justo e desejável.

Referências

BRASIL. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial – MEC/ SEESP: Brasília, Parecer CNE/CEB, nº 17, 2001.

_____. www.capes.gov.br/serviços/bancoteses.html. Acesso em julho de 2006.

- CASTEL, R. *A Metamorfose da questão social*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação e Ciência da Espanha: Ministério da Justiça – Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Ministério da Ação Social, 2ª ed., 1994.
- CURY, J. *Educação e contradição*. São Paulo: Cortez, 1989.
- KUENZER, A. Pedagogia do trabalho na acumulação flexível, entrevista com Neise Deluiz. *Boletim técnico do SENAC*. Rio de Janeiro: SENAC, v. 31, nº 1, 2005.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1987.
- REBOUL, O. *Le langage de l'éducation*. Paris: PUF, 1984.
- SANTOS, B. A construção multicultural da igualdade e a diferença. *VII Congresso Brasileiro de Sociologia*: UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.
- SANTOS, M. P. Definições de inclusão, mimeo, LAPEADE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas – dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, v. 12, nº 35, 1997.

Resumo: A questão da inclusão na educação é abordada neste trabalho sob a dimensão da universalização dos direitos humanos, na perspectiva dos direitos sociais. Outro aspecto relevante no texto constitui o enfoque dialético da igualdade e da diferença. Inclusão na educação constitui um princípio que se apresenta sob a forma de slogan face ao seu excesso de sentido, constituindo proposta cuja realização prática, cultural e política, guarda relação direta com valores, normas, preconceitos e formas de regulação social e econômica, onde quem está fora dialeticamente está dentro pela forma de pertencimento subalterna.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Igualdade; Diferença; Cidadania; Educação.

Abstract: The matter of the educational inclusion is approached in this work under the dimension of the universalization of the human rights, in the perspective of the social rights. Other important aspect in the text constitutes the dialectic focus of the equality and the difference. Educational inclusion constitutes a principle that is introduced under the slogan format, side to its excess in sense, constituting a proposal which practical, cultural and political accomplishments keep a

straight relation with values, rules, prejudice and forms of social and economic regulation, in which the one who is dialectically out is in by subordinate belonging.

Key-words: Scholar Inclusion; Equality; Difference; Citizenship; Education.

(*) Mestrando em Educação pela Universidade Estácio de Sá, assessor da Vice-Presidência da Fundação Escola do Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro – FESP, ex-Diretor Técnico do Instituto Benjamin Constant, ex-Gerente do Programa de Inclusão da Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec.

(**) Doutoranda em Educação pela UERJ, Mestre em Educação pela UERJ, Especialista em Educação Especial pela UFF, MBA em Gestão Educacional pela FGV-EBAPE, Pedagoga pela UFRJ, Diretora do Instituto Superior de Educação da Zona Oeste/UEZO/Faetec, professora e pesquisadora da UCAM e supervisora educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ.